

## Entrevista memorial da saúde pública do RN

Ananda Braga Figueiredo Câmara

A memória é um guia de aprendizado institucional para os sujeitos e para as suas práticas, por isso merece ser registrada. No Rio Grande do Norte, um grupo de trabalho foi criado para elaborar a proposta de política da memória institucional da SESAP. O objetivo é registrar a história e a evolução da Saúde Pública no estado.

No primeiro passo desse processo de construção a ESPRN sediou a oficina Memória e Patrimônio: a Saúde Pública no Rio Grande do Norte. A missão do evento foi debater a importância da memória institucional na SESAP/RN e a preservação do patrimônio cultural da Saúde Pública no estado; compartilhar o andamento das iniciativas do Grupo de Trabalho; e delinear linhas gerais do quê e de como preservar a memória institucional e o patrimônio cultural da Saúde Pública. Entrevistamos a professora Elizabeth Cristina Fagundes de Souza, que é membro do GT, para explicar a importância e a evolução do projeto.

### 1 - Por que criar um memorial de resgate da história da Saúde Pública no Estado?



**Elizabeth Cristina Fagundes de Souza**

- Assegurar a memória social é um direito humano. A memória é fundamental para exercermos nosso potencial de fazedores de história. Resgatar a memória

possibilita conhecermos a nossa história e nos implicarmos como sujeitos históricos para termos capacidade de análise crítica sobre o nosso presente, como nos ensinou Michel Foucault. Ou seja, contribui para desenvolvermos a capacidade crítica de interrogar o que estamos fazendo de nós mesmos e, assim, conservarmos ou mudarmos rumos, fazendo a nossa própria história em cada tempo

presente. Quando se pensa a memória social como um direito, ressalta-se a importância e a responsabilidade da gestão pública em assegurar esse direito com a implantação de uma política específica. Dito isso, faz-se necessário destacar qual é o papel do Grupo de Trabalho (GT) para elaboração da proposta de política de memória institucional e de preservação patrimonial da saúde pública do Rio Grande do Norte, cujo nome resumimos com a denominação "GT Memorial da Saúde". Por que destaco isso? Penso que é fundamental termos clareza que será no conteúdo da política (valores, eixos, diretrizes, iniciativas previstas, entre outros itens) que deverão estar definidas as formas de registro de memória institucional, conservação e o reconhecimento/preservação do patrimônio cultural da Saúde Pública no RN. Definições como, por exemplo, se teremos um acervo específico de registro de memória e de preservação nos moldes de um museu, como desejamos inicialmente com o pleito da sede vir a ser no antigo prédio que alojou a SESAP, localizado no centro histórico de Natal, e ou se teremos outras formas físicas e virtuais de registro com acesso público. São definições a serem construídas no desenrolar do trabalho do GT. Este adotou uma metodologia participativa para orientar seu trabalho, pois o fundamental, a meu ver, é que possamos nessa construção coletiva da política criar bases para institucionalizar e fomentar uma cultura de memória nos processos de trabalho da instituição e ofertar à sociedade o direito às possibilidades de memória e de preservação do patrimônio histórico da Saúde Pública no Rio Grande do Norte.

### 2 - O que é uma política de memória e por que ela é importante para a Secretaria de Saúde Pública?

**Elizabeth** - Quando se fala da necessidade de uma política de memória pode soar estranho, sobretudo em se tratando de uma instituição de saúde que cria e desenvolve políticas para responder demandas urgentes e emergenciais para cuidar das pessoas e salvar vidas.



Então, pode parecer que a memória não seja uma pauta prioritária. Mesmo não sendo prioritária quando comparada a essas urgências cotidianas, trata-se de uma pauta estruturante para a SESAP. Por quê? Porque a memória serve como um armazenamento potencial da instituição para que o conhecimento do passado guie a não repetição daquilo que não mais serve para o presente, mesmo reconhecendo o seu devido valor e a sua importância. Desse modo, a memória é como um guia de aprendizado institucional para os sujeitos e para as suas práticas. O legado dos conhecimentos produzidos pelos que vieram antes de nós é referendado pela memória ao possibilitar atualizar-se no presente com a criação de novas práticas ou manter-se na repetição de práticas do passado, com ou sem atualização no presente. Sabemos que as instituições não são homogêneas e disputam saberes e práticas, tendo papel importante nessa disputa de interesses tanto a memória quanto o esquecimento. Por isso, é um direito humano preservar a memória e a história de um povo, de uma instituição, de uma comunidade, de sujeitos e de práticas sociais, reconhecendo-os nas suas diversidades. É importante sabermos que somos parte gerada em um passado que pode ter sido criativo e ou destrutivo. Importa mais é resgatarmos nossa capacidade de análise crítica dessa memória para sabermos o que queremos fazer no presente. Aqui no nosso estado temos práticas, projetos e sujeitos que marcaram a construção da Saúde Pública em seus diversos contextos históricos. Daí a importância de termos uma política de memória institucional articulada à preservação do patrimônio cultural da saúde no RN.

### **3 - Quais os processos que estão sendo executados para compor o memorial?**

**Elizabethe** - A primeira iniciativa veio da própria proposta de criação do GT, em 2022, a partir de uma iniciativa do então Secretário de Saúde, Dr. Cipriano Maia de Vasconcelos. Em conversa inicial com o Secretário, combinamos elaborar um esboço de projeto e nos integramos, representando o NESC, ao grupo que seria criado com coordenação da ESPRN e com outros integrantes de setores da SESAP. Por questões da própria dinâmica institucional tomada por

pautas emergenciais, passou-se algum tempo para o grupo ser regulamentado em Portaria, o que ocorreu apenas em abril de 2024, já na gestão da Dra. Lyane Ramalho Cortez, que acolheu a ideia com muito entusiasmo, juntamente com as demais secretárias que compõem o atual núcleo dirigente da SESAP. Mesmo sendo regulamentado apenas dois anos após aquela primeira reunião em que iniciamos com a apresentação do esboço das ideias de um memorial na saúde, o grupo foi se articulando a partir de algumas reuniões em que amadurecemos as ideias iniciais e chegamos ao consenso de que o ponto de partida seria a elaboração de uma proposta de política de memória institucional e de preservação patrimonial da Saúde Pública do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, mantivemos a adoção de metodologia participativa e inclusiva no processo de trabalho do GT, que possibilitasse o envolvimento de servidores da SESAP, de modo a assegurarmos maior sustentabilidade na implantação e implementação da política ao longo dos anos. O nosso desejo é de que seja uma política institucional que atravesse governos e possa imprimir uma cultura de memória e preservação nas pessoas e nas práticas institucionais. A intenção é que servidores compreendam seus registros e práticas cotidianos como componentes da memória da instituição e que a gestão considere a importância de fomentar iniciativas de conservação de seu acervo documental e de seu patrimônio - material e imaterial. Com esse intuito, o GT realizou um evento para deflagrar o debate sobre a necessidade de uma política de memória e preservação patrimonial da saúde no RN, que ocorreu em 23 de julho passado.

### **4 - Já existe uma previsão de como será o memorial, teremos acervo físico ou será digital?**

**Elizabethe** - Conforme ressaltai anteriormente, o conteúdo da política deverá apontar as estratégias operacionais a serem adotadas a curto, médio e longo prazos. Será necessário avaliar as condições de viabilidade e recursos disponíveis (orçamentário, financeiro, de governabilidade, tecnológico e de qualificação de pessoas) para a implantação e implementação da política nos seus eixos, estratégias e ações. Desse modo, a

implantação dessa política não se restringirá apenas à criação de um acervo específico denominado Memorial ou Museu, por exemplo, mas esse desejado espaço físico poderá ser uma das consequências dos desdobramentos da política que venha a ser implantada. É certa a necessidade de se criar espaços (virtuais e físicos) como lugares de memória, mas também desenvolver processos de trabalho para o reconhecimento e a conservação de elementos de memória na instituição SESAP (documentos, objetos, relatos, imagens, entre outros). Ainda há muitas definições em aberto porque o trabalho de elaboração da proposta da política está apenas começando.

#### **5 - O grupo de trabalho do memorial realizou uma pesquisa com os servidores da SESAP sobre memória e patrimônio. Qual o resultado da pesquisa?**

**Elizabethe** - Esta pesquisa, na verdade, foi um levantamento de opinião junto aos servidores da SESAP que usou alguns recursos de colheita e de análise de dados adotados em modelos de pesquisas. Foi uma das atividades que compuseram a organização e a programação da referida Oficina, em caráter preparatório e em consonância com a metodologia que adotamos para o desenvolvimento do trabalho do GT: participativa e inclusiva. Consideramos fundamental escutar as pessoas a respeito de suas percepções/visões sobre memória e patrimônio. Esse levantamento foi uma estratégia tanto para aproximar o conhecimento do GT sobre o que as pessoas pensam, como para que as pessoas respondentes se sintam parte dessa construção desde o início. Quanto aos resultados, para mim particularmente, considerei bem positivos, pois demonstraram uma boa receptividade e acolhida pelas pessoas participantes quanto à preservação da memória e do patrimônio. Os resultados detalhados foram apresentados durante a Oficina pela equipe que ficou responsável de executar esse levantamento e deverão ser publicizados no relatório da oficina que está em elaboração e no espaço virtual da SESAP definido para armazenar e divulgar a produção do GT.

#### **6 - Qual a importância da integração da SESAP e UFRN, através da ESPRN e do NESC, para a construção do memorial?**

**Elizabethe** - A articulação entre essas duas instituições é de fundamental importância para o êxito do trabalho do GT. Penso que a escolha do secretário à época em buscar construir essa parceria com o NESC e a ESPRN foi acertada e estratégica. Ao posicionar a ESPRN como coordenação do GT, penso que ele considerou a importância de fortalecê-la internamente na SESAP como articuladora da construção da política e de seu papel nos processos de educação permanente junto aos trabalhadores do SUS. Processos educativos que serão demandados a partir da implantação e desenvolvimento dessa política, demandando novas iniciativas de parcerias. Quanto à escolha do NESC/UFRN, penso que foi também a mais adequada e, aqui, peço licença para fazer um recorte histórico. Os núcleos de estudos em Saúde Coletiva foram criados como braço acadêmico para apoiar o Movimento da Reforma Sanitária brasileira que, entre outras conquistas, demandou a estruturação do Sistema Único de Saúde, O SUS, criado a partir da Constituição de 1988. Aqui na UFRN, o NESC foi criado em dezembro desse mesmo ano e, ao longo dessas décadas, desenvolveu trajetória de participação ativa na construção do SUS/RN em parcerias com as gestões estadual e municipais e os movimentos sociais. Então há, no próprio NESC, registros dessa memória histórica do SUS, considerando os processos de educação permanente e de apoio à implantação de várias políticas, programas e práticas institucionais da gestão e da atenção. Reconhecidamente, há um potente aprendizado institucional nos modos de fazer coletivo adquirido ao longo desses anos nas várias parcerias locais e nacionais em que desenvolvemos com a SESAP/RN, COSEMS, Secretarias municipais, Conselhos de Saúde, Ministério da Saúde e Ministério Público, além de parcerias com a OPAS e outras universidades. Por lidar com a Saúde Coletiva, que tem interface com várias áreas da saúde e de outros campos de conhecimento, o NESC também tem sido um articulador estratégico dentro da UFRN, aglutinando e inserindo docentes de vários departamentos em suas iniciativas, conforme as demandas de diálogo interdisciplinar. Nesse sentido,



para esta parceria atual já estamos com o registro aprovado na Pró-Reitoria de Extensão relacionado às nossas atividades no GT e para as articulações formais com os departamentos com *expertise* e interesse na área de memória e história. Penso, então, que essa parceria é muito salutar para a SESAP e para a UFRN, reforçando os papéis institucionais tanto da ESPRN quanto do NESC. Será mais um aprendizado desse modo de fazer junto que o SUS tem nos oportunizado, no qual o fazer é construído de forma colaborativa, reconhecendo-se e respeitando-se as singularidades, as similaridades e as diferenças que constituem os sujeitos e as práticas institucionais envolvidos.

### **7 - Em julho foi realizada a Oficina Memória e Patrimônio: a Saúde Pública no Rio Grande do Norte. Como vocês avaliam o evento?**

**Elizabethe** - Durante a última reunião do GT, em 8 de agosto último, foi unânime a avaliação positiva da realização da oficina, desde os acertos da programação até a boa recepção das pessoas participantes. Constituiu-se em um estímulo para continuarmos o árduo trabalho que daqui em diante deverá se intensificar para que possamos cumprir o prazo de entrega estabelecido na portaria que criou o GT. A Oficina foi um disparador precioso e orientador dos próximos passos do nosso trabalho, em especial com a sistematização dos resultados dos grupos e com as reflexões trazidas pelos palestrantes. Gostaria de destacar também o levantamento que já citamos e um documentário produzidos na fase preparatória da oficina. Esse documentário, em especial, foi uma estratégia para dar visibilidade a servidores que há tempos exercem suas funções na SESAP e nem sempre são ouvidos em suas memórias de dedicação à instituição ao longo de suas vidas. De um modo geral, avaliamos que a recepção da temática e a disponibilidade demonstradas pelos participantes presentes atestaram que acertamos no modo de fazer, isto é, na metodologia escolhida da oficina e do próprio trabalho do GT. Há outros passos importantes a serem dados que também foram apontados nessa última reunião, como a necessidade de alinhamento conceitual e operacional para desenvolvimento do trabalho e o próprio planejamento de nossas

atividades. Sigamos, então, com alegria e confiança que construiremos uma proposta de política de memória adequada ao seu tempo histórico!

Como integrante do GT, agradeço à editoria deste periódico a oportunidade da entrevista que já se configura também como um registro de memória. Obrigada!

*Natal, 19 de agosto de 2024.*

